

A Teoria dos Ciclos Políticos e o Caso do Rio de Janeiro:
Uma Análise Empírica Fiscal e Contábil sobre os Municípios Fluminenses

Autoria: Kleber Vasconcellos de Oliveira, Frederico Azevedo de Carvalho

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento das prefeituras fluminenses, a fim de detectar eventuais “comportamentos cíclicos” nos gastos públicos e suas inter-relações com o calendário eleitoral. Através de uma abordagem de dados em painel analisamos rubricas específicas do Orçamento e dos Balanços públicos municipais entre 1998 e 2006. Os resultados sugerem que, para os municípios do estado do Rio de Janeiro, o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre o comportamento dos prefeitos, mesmo descontando o efeito específico de cada município. Estas manipulações se mostraram evidentes tanto nos itens orçamentários (Despesas) quanto nos itens contábeis (Restos a Pagar, Dívida Ativa e Ativo e Passivo Financeiros). Observamos também manipulações eleitoreiras em alguns itens da despesa nos anos de 2002 e 2006, indicando uma movimentação política das prefeituras a fim de contribuir com seus partidos nas eleições para Governador, Presidente e Congresso Nacional. A coincidência partidária entre o prefeito e o presidente e/ou governador apresenta uma relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido destes significa uma redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre estes níveis de governo.

1- INTRODUÇÃO

A fim de realizar as suas funções típicas - alocativa, distributiva e estabilizadora - o Estado precisa arrecadar recursos. Esta necessidade financeira e a forma como são gastos esses recursos deveriam objetivar maximizar o bem estar da sociedade e não estar associado a fatores de ordem política. É neste contexto que surgiram, na década de 1950, as primeiras discussões sobre a inter-relação entre economia e política, desde então denominada Teoria da Escolha Pública (*Public Choice*) e tendo como principal ícone James Buchanan.

Atualmente, já há certo consenso de que os resultados de eleições são diretamente influenciados pelo desempenho da economia em um país. Às vésperas de uma eleição, um governante dificilmente anunciaria medidas que poderiam “desagradar” os eleitores, tais como, por exemplo, um aumento de impostos. Nas décadas de 1940 e 1950, as primeiras discussões sobre o comportamento dos *policymakers* frente ao calendário eleitoral apareceram em trabalhos de Kalecki (1943), Akerman (1947) e Downs (1957), que podem ser considerados pioneiros na tentativa de buscar modelos formais que explicassem o impacto dos fatores políticos na economia. Mas foi na década de 1970 que se intensificaram estas discussões, com os chamados ciclos político-econômicos *Tradicionais* oportunistas e ideológicos (ou partidários) representados por Nordhaus (1975) e Lindbeck (1976) no primeiro modelo, e por Frey e Lau (1968) e Hibbs (1977) no segundo modelo. Ambos adotaram a hipótese de votantes com expectativas adaptativas, pois eles teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas, tomando suas decisões eleitorais com base no passado. Na década de 1980 surgiram os chamados ciclos político-econômicos *Racionais* oportunistas e ideológicos (ou partidários) representados por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) no primeiro modelo, e por Alesina (1987) e Alesina e Sachs (1988) no segundo. Ambos adotaram a hipótese dos votantes racionais, pois teriam acesso tempestivo às informações econômicas a fim de tomarem suas decisões.

Portanto, as teorias dos ciclos políticos focalizam suas atenções nas decisões (econômicas e/ou políticas) a serem tomadas pelos governantes de forma a induzir sua permanência no poder, manipulando instrumentos de política econômica e/ou fiscal com fins de promoção pessoal e/ou partidária. No entanto, apesar do grande espaço de manobra do governante, esse incentivo à distorção fiscal pode ser reduzido, pois de um lado estão os

benefícios de permanência do poder, tendo em vista que serão usufruídos pelo próprio político reeleito, ou pelo seu candidato à sucessão (geralmente do mesmo partido). Por outro lado, esses mesmos benefícios devem ser vistos com ceticismo, pois os *policymakers* devem considerar os efeitos negativos futuros de suas próprias políticas (inflação/desemprego/recessão econômica).

Neste sentido, a questão de pesquisa a ser investigada no presente trabalho, com base na análise dos municípios fluminenses de 1998 a 2006, é: existem evidências empíricas de manipulações “eleitoreiras” nos municípios do estado do Rio de Janeiro? Caso sejam detectadas evidências de ciclos políticos, quais as variáveis que mais sofrem influências (aumento ou diminuição) na gestão dos *policymakers*?

O tema se justifica pela importância do estado do Rio de Janeiro no cenário político e econômico do país, além de contribuir para a literatura já existente a respeito do tema ciclos políticos. Até então não se tem conhecimento de estudo semelhante que analise especificamente os municípios do estado Rio de Janeiro, apesar de alguns estudos analisarem os municípios brasileiros de forma geral. Acrescente-se, ainda, a inclusão de dados da Contabilidade Governamental, até então utilizados muito raramente para esse tipo de análise.

O texto está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Inicialmente, fazemos uma breve exposição sobre o arcabouço teórico que envolve tema, em especial os modelos que tentam explicar os ciclos econômicos causados por questões políticas. Em seguida, abordamos a coleta de dados e a metodologia estatística utilizadas na pesquisa. Analisamos, então, os resultados encontrados a partir do tratamento dos dados coletados e, por fim, aparecem as conclusões e considerações finais do trabalho.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura sobre os ciclos políticos analisa de que forma a ideologia dos governantes e o seu desejo de serem reeleitos influenciam a evolução da economia. Há um certo consenso na literatura de que foi o trabalho de Nordhaus (1975) um dos pioneiros na temática dos ciclos políticos. Segundo o autor, os políticos são do tipo “oportunistas”, pois eles estimulariam a economia nas vésperas das eleições a fim de aumentar a sua probabilidade de reeleição. Logo após, procuram eliminar a inflação resultante desta manipulação gerando uma fase de recessão econômica. Para Gonçalves e Fenolio (2007, pp. 3 e 4):

“Apesar do comportamento cíclico e previsível deste modelo, o resultado eleitoral para o ocupante do cargo público seria positivo devido à ausência de expectativas racionais por parte dos agentes. Os eleitores baseiam seus votos na performance passada da economia, não entendem a natureza oportunista dos ciclos econômicos, e são incapazes de aprender com as experiências anteriores”.

Portanto, os eleitores, segundo Nordhaus, são considerados “míopes” e retrospectivos, pois teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas. Isto permite aos *policymakers* escolherem a sua combinação preferida (dos eleitores) de inflação/desemprego ao longo da curva de Philips e enganarem sistematicamente o eleitorado antes das eleições.

O trabalho de Hibbs (1977) incorpora a variável “ideologia partidária”, considerando que os partidos políticos querem se manter no poder e implementar as suas ideologias, ou seja, o autor considera que cada partido político tentará implementar políticas que visem beneficiar aquele determinado grupo de eleitores que o apoiou (valendo-se também do instrumental da curva de Philips). Desta forma, os partidos de direita (ligados às classes mais abastadas) teriam maior aversão à inflação, enquanto que os partidos de esquerda (ligados às classes mais desfavorecidas) teriam maior preocupação com o combate ao desemprego, mas não negando a importância de ambas variáveis para os partidos. Portanto, um partido de direita tende a se deslocar para a direita da curva de Philips (reduzindo a taxa de inflação, mas aumentando a taxa de desemprego), *mutatis mutandis*, para os partidos de esquerda. Seguindo

esta linha, Borsani (2003) conclui que, na América Latina (no período 1979-1998), a taxa de desemprego observada durante governos de esquerda e de centro foi relativamente inferior àquela observada durante governos de direita, confirmando o previsto, empiricamente, por Hibbs (1977). Entretanto, a influência ideológica não é observada na variação do PIB e na inflação, já que o autor constatou empiricamente que no ano posterior às eleições acontece um menor crescimento do PIB e um aumento do desemprego e do percentual de inflação independentemente da ideologia de governo.

De acordo com Nakaguma (2006, pp. 3 e 4): *a estrutura básica desses modelos baseia-se no seguinte conjunto de equações:*

(1) Uma curva de Philips com expectativas adaptativas para a inflação futura

$$Y_t = \pi_t - \pi_t^e,$$

$$\pi_t^e = \pi_t + \theta \cdot (\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}),$$

onde Y_t é o desvio da produção em relação ao produto potencial, π_t é a taxa de inflação e $\theta \in (0,1)$ representa a velocidade de correção dos erros nas previsões passadas.

(2) Uma “Função Perda” para os eleitores

$$L_t = \alpha \cdot (Y_t - Y^*)^2 + (\pi_t - \pi^*)^2,$$

onde π^* é a inflação ótima e Y^* é o crescimento ótimo dos eleitores.

(3) Uma função de voto retrospectivo, a ser maximizado pelo governante

$$V_t = V \left[\sum_{s=0}^T \delta^s L_{t-s} \right] + \varepsilon_t,$$

onde V_t é o número de votos obtidos pelo governante, com $V'(\cdot) < 0$, e δ é a taxa de desconto dos eleitores.

O comportamento previsto é que, nos anos eleitorais, o político deve aumentar a oferta de moeda, de forma a obter via (1), incrementos na produção e, conseqüentemente, por (2) e (3), um melhor resultado nas urnas. No período seguinte, o governo deve produzir uma contração monetária, com o objetivo de diminuir as expectativas inflacionárias e, assim, viabilizar manipulações futuras.

Impulsionados pelos ideais da Hipótese das Expectativas Racionais nas Ciências Econômicas (e também pela Teoria dos Jogos), os estudos, a partir de meados da década de 1980, passam a levar em consideração a possibilidade de eleitores “racionais”. Na verdade, a evolução da consciência do eleitorado exigiu a reformulação do modelo de Nordhaus, tendo surgido diversos trabalhos que procuram conciliar a hipótese de políticos oportunistas com eleitores racionais. Estes trabalhos assumem que, embora todos os governos sejam oportunistas, eles diferem no seu nível de competência que sinalizam para o eleitorado, ou seja, os eleitores analisam a competência do governante, a partir de sua maneira de administrar a máquina pública, determinando a competência destes, depois de observarem os resultados econômicos das políticas implementadas. Para Ferreira e Bugarin (2006), “A

existência de informação incompleta proporciona ao político competente o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar sua probabilidade de reeleição”.

É neste contexto que se destacam os trabalhos de Cukierman e Meltzer (1986), Rogoff e Sibert (1988), Persson e Tabellini (1990) e Rogoff (1990). Surge então uma segunda fase da teoria dos ciclos políticos (agora denominados *Political Budget Cycles Theory*) em que os *policymakers* estariam, então, preocupado em sinalizar o seu “tipo” para o eleitorado, manipulando os instrumentos de política macroeconômica ou os instrumentos de política fiscal (o que um governante incompetente seria incapaz de fazê-lo).

Em Rogoff e Sibert (1988) supõe-se que o governo deva providenciar um montante fixo e observável de bens públicos, sendo a sua competência avaliada pelo montante de impostos que tem de cobrar para fornecê-los. Os autores demonstram que todos os governantes, exceto os menos competentes, aumentam os impostos de forma distorcida na véspera das eleições para transparecerem sua competência. No modelo de Rogoff (1990), que enfatiza a composição das despesas públicas em vez das receitas, os governantes sinalizam a sua competência aumentando as despesas públicas em bens e serviços e em transferências e diminuindo o investimento público, uma vez que este último apenas se torna visível em períodos posteriores. A questão da ciclicidade política ocorre, portanto, devido à existência de uma assimetria de informação. Assim, os eleitores estariam um pouco defasados no tempo com relação às informações sobre a competência dos governantes.

Persson e Tabellini (1990) estabeleceram um modelo que leva em consideração taxa de crescimento do produto (y) e a taxa de inflação (π), e com a inclusão de um termo de competência (capacidade do governo em resolver problemas - α_t):

$$y_t = \bar{y} + \pi_t - \pi_t^e + \alpha_t \quad ,$$

onde π_t é a taxa de inflação no período t ; π_t^e é a taxa de inflação esperada no período t ; \bar{y} é a taxa de crescimento natural do produto; y_t é o taxa de crescimento do produto no período t e α_t é a medida de competência do governante no período t .

Os governantes competentes (ao contrário dos incompetentes) elevarão a taxa de crescimento do produto acima do normal ($y_t > \bar{y}$). Ainda, segundo os autores: “*Como os votantes não têm informação de qual o tipo de político está no poder, formam suas expectativas de inflação a partir da média da inflação do competente (alta) e do incompetente (baixa), ponderada pela probabilidade de ambos ocorrerem*”. Portanto, a inflação verificada no ano eleitoral será acima das expectativas dos eleitores, se o político for do tipo competente e abaixo, caso contrário.

Nesta fase, a sinalização da competência do *policymaker* evidencia-se na diminuição de impostos no período pré-eleitoral (gerando inflação e elevação da dívida pós eleições), financiando-se os gastos via senhoriagem ou endividamento. Para os autores, existe uma diferença informacional que pode incentivar a tomada de decisão dos governantes visando à manipulação da política econômica na tentativa de reeleição (dado que os custos de monitoramento podem ser elevados). Tufte (1978) argumenta que empiricamente se observa um maior impacto de transferências governamentais e corte de impostos nos ciclos político-econômicos quando comparados às políticas monetárias.

Outra vertente dos ciclos políticos começa, no final dos anos 80, a questionar essa interação entre *policymakers* e eleitores. Segundo esta vertente, representada, principalmente, nos trabalhos de Alesina (1987) e Alesina e Sachs (1988), é necessário levar em consideração algo mais além do fato de que os eleitores são plenamente racionais e que os partidos políticos, uma vez no poder, direcionam suas ideologias a fim de implementá-las. Esse algo mais é caracterizado pela incerteza sobre as preferências dos eleitores: os partidos políticos

podem apresentar projetos distintos, mesmo dividindo as mesmas informações da preferência do eleitorado, já que não há certeza acerca destas preferências. Os eleitores, não sabendo qual partido estará no poder, geram expectativas (e negociam seus salários) a partir da probabilidade de cada partido ganhar a eleição (através das pesquisas de intenção de voto). Portanto, é a presença no poder de um determinado partido político que justifica a condução da política econômica e/ou fiscal, deixando a margem a questão cíclica oportunista. Neste caso, quanto mais inesperado for o resultado da eleição, maior será a flutuação do produto da economia.

3- METODOLOGIA

Podemos classificar o presente trabalho, de acordo com a classificação proposta por Collis e Hussey (2005), como uma pesquisa analítica, quantitativa, dedutiva e básica. A pergunta de pesquisa a responder é: existem evidências empíricas de manipulações “eleitoreiras” nos municípios do estado do Rio de Janeiro? Caso sejam detectadas evidências de ciclos políticos, quais variáveis mais sofrem influências (aumento ou diminuição) na gestão dos *policymakers*?

A fonte de dados para a análise empírica é o banco de dados disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que trata das Finanças do Brasil – Receitas e Despesas dos Municípios (FINBRA). Os valores correntes foram transformados em valores reais de 2006 por meio do deflator implícito do PIB. Finalmente, as variáveis fiscais foram transformadas para valores *per capita* a fim de corrigir eventuais distorções nos resultados devido a diferenças de “tamanho” entre os municípios. Os dados políticos foram obtidos através do *site* do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e, para fins deste trabalho, consideramos reeleição o fato de o próprio candidato ou o partido político ter permanecido no cargo. Para a variável que indica se o prefeito pertence ao mesmo partido do governador, consideramos as mudanças de partido ocorridas no governo do Estado. Entretanto, desconsideramos a mudança partidária ocorrida em 2002, quando a então vice-governadora Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu, por cerca de oito meses, o governo do estado do Rio de Janeiro.

O objetivo de analisar o efeito temporal do calendário eleitoral sobre variáveis contábeis municipais não recomenda nem a utilização exclusiva de dados em corte transversal (*cross section*), nem de dados de séries temporais, ainda mais que o tamanho da amostra era de apenas 40 observações anuais. Ao proceder à análise empírica dessas questões se utilizou então a metodologia de dados em painel (*panel data*), que combina aqueles dois tipos de dados. Foram estimadas equações de regressão múltipla correspondendo a diversas variáveis dependentes, a saber: despesa orçamentária, corrente, pessoal e encargos, investimento, receita orçamentária, outras transferências da União, outras transferências do Estado. Além destas, foram incluídas as despesas por função: legislativa, agricultura, transporte, educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento e assistência e previdência. A variável “Receita Orçamentária” foi utilizada como variável explicativa visto que os possíveis impulsos de despesas realizados pelos *policymakers* podem ser explicados pelo aumento no volume de arrecadação da mesma. Já a variável “Resultado Financeiro” foi analisada como variável dependente (a fim de se analisar a realização de *superávits* financeiros) e como variável explicativa. A forma funcional proposta se assemelha à utilizada em Petterson – Libdom (2001), que analisou 288 municípios suecos entre os anos de 1974 e 1988; e Sakurai (2004) que analisou o comportamento fiscal de 572 municípios do Estado de São Paulo entre os anos de 1989 e 2001 utilizando também a metodologia de dados em painel. O método de estimação escolhido foi o do *modelo de Efeitos Fixos*.

Utilizamos a análise de regressão para investigar a relação entre o gasto e seu financiamento, expresso pelas variáveis “Receita Orçamentária” e “Resultado Financeiro”. O

programa utilizado para a análise empírica proposta foi o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 12.0*. Neste trabalho escolhemos a forma funcional linear para analisar o grau de associação entre os gastos realizados pelas prefeituras fluminenses em ano eleitoral e o fato de o respectivo candidato a prefeito ter sido reeleito ou não. O fato de ter havido reeleição será representado no modelo por uma variável *dummy*, de forma que assumirá o valor 0 se o candidato ou o partido não tiver conseguido se reeleger e o valor 1 caso o candidato ou o partido tenha obtido sucesso no escrutínio.

Como o objetivo principal da presente dissertação é encontrar evidências de ciclos políticos no comportamento dos prefeitos fluminenses, propomos a seguinte forma funcional:

$$VD_{it} = \beta_0 + \beta_1.RECORCA_{it} + \beta_2.SUPERFIN_{it} + \beta_3.PDT_{it} + \beta_4.PSDB_{it} + \beta_5.PFL_{it} + \beta_6.PP_{it} + \beta_7.PSB_{it} + \beta_8.OUT_PARTIDO_{it} + \beta_9.PARTID_ESQ_{it} + \beta_{10}.MESMODOGO_{it} + \beta_{11}.MESMODOPRESID_{it} + \text{dummies eleitorais} + f_i + v_{it} ,$$

em que **VD** representa cada variável dependente analisada para os municípios; **RECORCA** é a receita orçamentária municipal; **SUPERFIN** é o resultado financeiro, podendo ser superávit ou déficit financeiro; As variáveis *dummies* dos partidos analisados que assumem valor igual a 1 se o prefeito for daquele partido (PDT, PSDB, PFL ...) e 0 nos demais casos; **OUT_PARTIDO** é o conjunto dos outros partidos da amostra e que foram agrupados nesta variável; **PARTID_ESQ** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso o prefeito seja de um partido considerado de esquerda e 0 caso contrário; **MESMODOGO** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso haja uma coincidência partidária entre o prefeito e o governador e 0 caso contrário; **MESMODOPRESID** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso haja uma coincidência partidária entre o prefeito e o presidente e 0 caso contrário; **dummies eleitorais** para cada ano do período analisado; **f_i** é o efeito fixo; **v** é o componente de erro, **i** vem a ser cada município da amostra e **t**, cada ano da amostra. A classificação partidária em “direita” ou “esquerda” foi utilizada em consonância com a proposta realizada em Carreirão (2006) para o estado de Santa Catarina. Neste caso, os partidos PMDB e PSDB, que foram classificados pelo autor como sendo de “centro”, passaram a ser classificados em nosso estudo como de “direita”. Além disso, em alguns casos, consultamos os *sites* dos próprios partidos para dirimir possíveis dúvidas.

Após essa análise propõe-se uma segunda forma funcional, agora semelhante à que foi utilizada em Bittencourt (2002) e Nakaguma (2006), em que se retiram as *dummies* de ano “calendário”, substituindo-as por *dummies* de ano “eleitoral”. Neste sentido, definimos como “ano (de interesse) eleitoral” os anos imediatamente pré-eleitoral, eleitoral e imediatamente pós-eleitoral, a fim de captar o ciclo em toda a sua extensão, tendo como referência as eleições de 2000 e 2004. Além disso, agora se inclui mais uma variável de controle - qual seja, a LRF - a fim de captar os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no comportamento dos gestores públicos. Nesta análise, após verificarmos a significância estatística da variável “Receita Orçamentária” em todas as regressões e que esta acabava por “encobrir” a significância das demais variáveis independentes, retiramos esta (e também a variável “Resultado Financeiro”), a fim de verificar a significância das demais variáveis explicativas no modelo proposto (a exceção das variáveis “Resultado Financeiro”, “Restos a Pagar” e “Dívida Ativa”, visto que estas ainda não haviam sido alvo de investigações anteriores). As demais variáveis de controle foram mantidas nesta versão do modelo de regressão múltipla.

Nas inferências realizadas, há que se levar em consideração o ano de 2000, visto que além de ser um ano eleitoral, é também o ano de entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, que muito provavelmente influenciou a postura administrativa, alterando sobremaneira a condução da política fiscal por parte dos *policymakers*. Cumpre ressaltar a retirada do PMDB da estimação a fim de se evitar o problema de multicolinearidade perfeita, visto que

este foi considerado como o partido de referência nesta análise. Raciocínio análogo deve ser feito para a retirada da variável *dummy* de 1998. Cabe salientar ainda que em todas as equações analisadas, o teste F alcançou p-valor menor do que 0,1%.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 – Despesas por Categoria Econômica e Natureza

Os resultados (ver tabela 1) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 1,03 em despesa orçamentária, evidenciando um ligeiro déficit orçamentário, R\$ 0,77 em despesa corrente, R\$ 0,24 em despesa com pessoal e investem R\$ 0,25. Já em relação ao superávit financeiro, observamos uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas orçamentárias diminuem R\$ 0,30, as despesas correntes diminuem R\$ 0,22 e as despesas com pessoal e encargos diminuem R\$ 0,07. Em relação às despesas orçamentárias, não foram encontradas evidências significativas de ciclos políticos, à exceção de uma redução significativa dos gastos em 2005 mostrando um provável ajuste de gastos em relação ao ano eleitoral de 2004. Para as *dummies* de partido, também não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. A coincidência partidária entre os prefeitos e o presidente apresenta relação inversa – semelhante ao resultado encontrado em Cossio (2000) para os estados brasileiros – ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

Tabela 1. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DESPESA CORRENTE	DESPESA PESSOAL	DESPESA INVESTIMENTO
CONSTANTE	-72,221	134,957*	388,439***	-207,769***
PREF_PDT	-41,446	250,750***	-2,200	-270,241***
PREF_PSDB	96,698*	25,924	37,904	77,285
PREF_PFL	-39,783	-25,503	-26,485	-13,985
PREF_PP	-28,143	-49,014	-26,975	22,638
PREF_PSB	-49,742	213,585***	12,660	-236,420***
OUTROS PARTIDOS	-26,063	205,468***	-13,896	-203,308***
PARTIDOS DE ESQUERDA	23,060	-245,382***	-34,207	247,858***
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-21,292	-11,684	-14,200	-6,917
PARTIDO PREF. =PRESID.	-134,701***	-69,181	-40,599	-62,467
DUM_1999	-37,423	12,926	-11,505	-46,573
DUM_2000	-68,062**	-2,041	-18,101	-49,654
DUM_2001	-64,049**	9,108	21,353	-63,896*
DUM_2002	-53,120*	-59,509	58,352**	18,682
DUM_2003	-26,786	32,576	94,222***	-47,222
DUM_2004	-52,704*	16,704	101,675***	-53,013
DUM_2005	-75,521**	55,782	70,975***	-126,568***
DUM_2006	-21,510	126,059***	105,066***	-144,956***
REC. ORCAMENTARIA	1,032***	,767***	,242***	,248*
RESULTADO FINANCEIRO	-,297***	-,220***	-,066**	-,053
R ² ajust	0,989	0,972	0,946	0,802
ESTATÍSTICA - F	579,668	156,139	108,696	26,137

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. O teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

No que tange às despesas correntes, foram encontradas evidências estatisticamente significativas, mais especificamente uma elevação no ano de 2006. Este foi um ano de eleições para Presidente, Governador e para o Congresso Nacional. Para as *dummies* de partido, foram obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o

agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média superiores ao PMDB em R\$ 250,75, R\$ 213,59 e R\$ 205,47 *per capita* respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam menos (R\$ 245,38 *per capita*) que os partidos de direita neste item da despesa. Para as despesas com pessoal e encargos, podemos observar impulsos positivos neste item da despesa para os anos de 2004 e 2006 em relação aos anos imediatamente anteriores e posteriores. Entretanto, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário, neste item da despesa, em relação ao PMDB. Já para as despesas de investimento, encontramos uma redução estatisticamente significativa nos anos de 2005 e 2006 mostrando um provável ajuste de gastos em relação ao ano eleitoral de 2004. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 270,24, R\$ 236,42 e R\$ 203,31 *per capita* respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto, os partidos de esquerda gastam mais (R\$ 247,86 *per capita*) que os partidos de direita neste item da despesa.

Tabela 2. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	RESULTADO FINANCEIRO	RESTOS A PAGAR	DÍVIDA ATIVA
CONSTANTE	-231,829***	135,200***	1252,183***
PREF_PDT	-43,169	26,044	90,316
PREF_PSDB	-52,458	-72,995***	46,434
PREF_PFL	-116,845*	-24,274	-73,253
PREF_PP	-21,699	-46,539**	62,743
PREF_PSB	-16,562	17,019	211,272***
OUTROS PARTIDOS	-97,802	7,756	7,002
PARTIDOS DE ESQUERDA	-102,002	-37,905	-132,947**
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-4,686	-5,512	-15,249
PARTIDO PREF. =PRESID.	70,987	,461	69,326
DUM_1999	20,799	-16,853	26,553
DUM_2000	75,693*	-47,998***	40,118
DUM_2001	183,955***	-60,794***	121,390***
DUM_2002	192,210***	-61,557***	153,689***
DUM_2003	170,601***	-29,223*	162,040***
DUM_2004	208,769***	-83,836***	170,482***
DUM_2005	257,787***	-49,753***	197,145***
DUM_2006	292,058***	-41,461**	269,720***
REC. ORCAMENTARIA	,102***	,013	,026
RESULTADO FINANCEIRO		-,113***	-,222***
R ² ajust	0,633	0,407	0,851
ESTATÍSTICA - F	11,869	5,243	36,433

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. O teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

4.2 – Variáveis Contábeis (Resultado Financeiro, Dívida Ativa e Restos a Pagar)

Em relação ao resultado financeiro (apurado no balanço patrimonial e, para fins deste trabalho, corresponde à diferença entre o ativo e o passivo financeiros), os resultados (ver tabela 2) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes economizam em caixa R\$ 0,10. Foram encontradas elevações significativas no ano de 2001, provavelmente para servirem de fonte de abertura de créditos adicionais no ano de 2002. Em contrapartida observamos uma redução significativa em 2003, mantendo-se,

entretanto, o superávit financeiro (pode estar associado à elevação significativa para a despesa com pessoal e encargos observada no mesmo ano). Não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário desta variável, em relação ao PMDB.

No que tange aos Restos a Pagar Processados (ver tabela 2), podemos observar certa preocupação dos *policymakers* em relação à probabilidade de reeleição, visto que o ano de 2004 é o ano de menor inscrição em restos a pagar. Portanto, preocupados com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF) neste ano, os governantes mostraram-se mais conservadores. O superávit financeiro apresenta uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado R\$ 0,11 estão relacionados com inscrição em restos a pagar. O PSDB e o PP inscrevem menos em restos a pagar que o PMDB. Em relação à postura ideológico-partidária, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento desta variável (partidos de direita e de esquerda). Para a variável dívida ativa, os resultados (ver tabela 2) sugerem certa manipulação eleitoreira, visto que o ano de 2004 é o ano de menor elevação (5,21%) deste item do balanço patrimonial, ou seja, 2004 foi o ano de menor inscrição (ou redução por baixa, prescrição etc) de devedores na dívida ativa municipal. O superávit financeiro apresenta uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, a dívida ativa diminui R\$ 0,22. Os partidos de esquerda inscrevem, na dívida ativa, menos que os de direita. Para as *dummies* de partido não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB (à exceção do PSB, que inscreve mais que o PMDB).

4.3 – Despesas por Função

Os resultados (tabelas 3 e 4) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 0,03 em agricultura, R\$ 0,17 em educação e cultura, R\$ 0,03 em previdência e assistência social, R\$ 0,29 em saúde e saneamento, R\$ 0,03 em transporte, R\$ 0,10 em habitação e urbanismo e R\$ 0,01 em despesas com o Legislativo. Já em relação ao superávit financeiro, podemos inferir que somente as despesas com agricultura e educação e cultura foram significativas e com sinal negativo, indicando uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas diminuem R\$ 0,02 e R\$ 0,05 respectivamente. Observamos uma redução significativa dos gastos em educação e cultura (tabela 3) no ano de 2002. Para os demais anos não foram encontradas evidências significativas de ciclos políticos. Não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário deste item da despesa em relação ao PMDB. No que tange aos gastos com agricultura (tabela 3) não foram encontradas evidências significativas de manipulações eleitoreiras. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 28,63, R\$ 28,28 e R\$ 29,05 *per capita*, respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (PDT e PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam mais (R\$ 28,76 *per capita*) que os partidos de direita neste item da despesa.

De modo semelhante à análise feita para a despesa com agricultura, podemos inferir também para os gastos com habitação e urbanismo (tabela 4), ou seja, não foram encontradas evidências significativas de ciclos políticos para esta rubrica. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 97,17, R\$ 111,56 e R\$ 92,94 *per capita* respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências

significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto (inclusive de forma contra-intuitiva), os partidos de esquerda gastam mais (R\$ 70,90 *per capita*) que os partidos de direita. Em relação à coincidência partidária entre o prefeito e o presidente, podemos observar uma relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido deste significa redução deste tipo de gasto.

Tabela 3. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	AGRICULTURA	EDUCAÇÃO E CULTURA	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	SAÚDE E SANEAMENTO
CONSTANTE	-43,317***	151,665***	-19,512	-13,685
PREF_PDT	-28,629**	7,764	-52,316***	28,920
PREF_PSDB	5,493	-3,740	-23,164	-37,185
PREF_PFL	-10,334	-10,978	-2,859	-4,292
PREF_PP	-,450	-1,296	-6,922	-38,364
PREF_PSB	-28,277**	22,770	-63,064***	58,450
OUTROS PARTIDOS	-29,052***	24,401	-51,313***	43,250
PARTIDOS DE ESQUERDA	28,760***	-27,014	50,268***	-17,883
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-4,199	-2,318	-17,262***	-18,739
PARTIDO PREF. =PRESID.	-4,269	-19,062	21,389	-15,181
DUM_1999	-1,652	-6,530	6,408	-16,294
DUM_2000	-3,282	4,883	12,062	-24,951
DUM_2001	-2,876	27,095**	36,980***	-49,984**
DUM_2002	-5,852	-35,457***	13,176	-3,951
DUM_2003	-,878	-18,304	16,701	-13,231
DUM_2004	-11,559*	-21,584	22,377**	-21,150
DUM_2005	-6,289	-12,913	18,268	-8,502
DUM_2006	-14,290*	,445	24,522**	-3,266
REC. ORCAMENTARIA	,034*	,165***	,032***	,287***
RESULTADO FINANCEIRO	-,017**	-,051***	,010	-,042
R ² ajust	0,863	0,943	0,821	0,904
ESTATÍSTICA - F	39,828	104,122	29,355	58,964

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. O teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

No que tange aos gastos com previdência e assistência social (ver tabela 3), podemos observar uma significativa elevação deste item da despesa nos anos de 2001, 2004 e 2006. Portanto, os resultados sugerem evidências de ciclos políticos nas eleições para prefeito de 2004 e nas eleições para Presidente, Governador e para o Congresso Nacional em 2006. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 52,32, R\$ 63,07 e R\$ 51,31 *per capita* respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam mais (R\$ 50,27 *per capita*) que os partidos de direita neste item da despesa. Cabe ressaltar a coincidência partidária entre o prefeito e o governador. Neste caso, podemos observar uma relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido do governador significa redução deste tipo de gasto.

Nas despesas com transporte (tabela 4), podemos observar uma redução significativa nos anos de 2002, 2004 e 2006, indicando ser este, um item da despesa que sofre com o corte nos gastos em detrimento de outros de maior visibilidade eleitoral. Este e outros itens da despesa que se comportaram de modo semelhante mostram o poder das prefeituras no que diz respeito à colaboração políticas destas em relação às candidaturas para os cargos de Presidente, Governador e para o Congresso Nacional (2002 e 2006). Para as *dummies* de

partido, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Cabe ressaltar a coincidência partidária entre o prefeito e o presidente. Neste caso, podemos observar uma relação direta entre estes. Cossio (2000) denomina esta situação como “solidariedade ideológica”, ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa aumento deste tipo de gasto.

Tabela 4. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	TRANSPORTE	HABITAÇÃO E URBANISMO	DESPESAS LEGISLATIVAS
CONSTANTE	-24,338	51,801	104,661***
PREF_PDT	-25,376	-97,172**	-,724
PREF_PSDB	-32,162*	53,537	-2,472
PREF_PFL	-16,295	-,723	-12,003
PREF_PP	2,697	16,243	-21,947***
PREF_PSB	-7,849	-111,555***	-4,217
OUTROS PARTIDOS	-29,656*	-92,938***	-4,662
PARTIDOS DE ESQUERDA	19,170	70,898**	-4,645
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-5,823	5,198	-2,836
PARTIDO PREF. =PRESID.	41,446***	-76,229***	-14,925*
DUM_1999	1,615	-6,904	2,104
DUM_2000	9,165	-4,979	12,078**
DUM_2001	12,039	5,873	-15,804***
DUM_2002	-27,131**	25,535	-22,515***
DUM_2003	-20,256*	17,686	-17,703***
DUM_2004	-34,859***	15,800	-22,705***
DUM_2005	-32,145***	-16,688	-17,334***
DUM_2006	-42,197***	20,081	-12,355*
REC. ORCAMENTARIA	,033***	,098***	-,008***
RESULTADO FINANCEIRO	-,004	-,026	-,002
R ² ajust	0,737	0,711	0,776
ESTATÍSTICA - F	18,358	16,242	22,492

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. O teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

Finalmente, nos gastos da função legislativa (tabela 4) podemos observar também indícios de manipulações políticas de caráter eleitoral. Para o ano de 2000 os gastos nesta rubrica foram R\$ 12,08 maiores que a média do período. Entretanto podemos observar uma redução significativa nos anos de 2002 e 2004 em relação aos anos imediatamente anteriores e posteriores, indicando ser este um item da despesa que também sofreu com o corte nos gastos em detrimento de outros de maior visibilidade eleitoral. Para a postura política, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB, à exceção do PP cujos gastos foram, em média, menores que o do PMDB nesta rubrica. Em relação aos gastos com saúde e saneamento (ver tabela 4), encontramos evidências estatisticamente significantes e com sinal negativo para o ano de 2001. A redução neste item da despesa pode estar relacionada com o superávit financeiro encontrado neste ano, sugerindo que os prefeitos, para conseguirem aumentar o saldo em caixa para abertura de créditos adicionais no ano de 2002, cortaram os gastos neste item da despesa. Como este item engloba duas rubricas da despesa e os gastos em saúde são regulamentados pela Constituição, acreditamos que a rubrica “saneamento” é a que mais deve ter sofrido com o corte de gastos neste ano. Não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB neste item da despesa.

4.4 – Análise Complementar

A fim de complementar a análise anterior, realizamos as regressões utilizando a metodologia de *dummies* de ano eleitoral (ver tabelas 5 a 8) e podemos inferir que as despesas: orçamentária, corrente, pessoal e encargos e de investimento apresentam relação inversa para a coincidência partidária entre o prefeito e o presidente, ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo. O PSDB (ver tabela 5) aparece como o único partido a apresentar evidências estatisticamente significantes nas despesas orçamentárias, corrente, pessoal e encargos e investimento, cujos gastos em foram, em média, maiores que o do PMDB. As despesas de investimento (ver tabela 5) apresentam significativa redução no ano pós-eleitoral. Este resultado se assemelha ao encontrado em Nakaguma (2006), indicando a existência de “ajustes fiscais pós-eleitorais” de curto prazo, incidindo principalmente nesta rubrica da despesa.

Tabela 5. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	DESPEZA ORÇAMENTÁRIA	DESPEZA CORRENTE	DESPEZA PESSOAL	DESPEZA INVESTIMENTO
CONSTANTE	1460,573***	1306,937***	757,610***	125,319*
ANO PRÉ-ELEITORAL	-58,615	-19,698	-7,947	-35,081
ANO ELEITORAL	-170,508**	-114,449**	-69,080***	-47,388*
ANO PÓS-ELEITORAL	-117,667***	-60,783	-57,881***	-56,272**
DUMMY LRF	390,674***	325,967***	176,194***	70,262***
PREF_PDT	-294,261	-14,382	-104,206	-251,694***
PREF_PSDB	771,578***	467,309***	167,877***	302,122***
PREF_PFL	-44,734	-50,057	-44,487	4,224
PREF_PP	-120,458	-142,438	-69,639	25,533
PREF_PSB	-242,252	-1,493	-66,852	-208,107***
OUTROS PARTIDOS	40,249	235,281*	-18,772	-169,087***
PARTIDOS DE ESQUERDA	174,277	-115,598	25,231	264,715***
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-64,006	-25,369	-21,934	-36,357
PARTIDO PREF. =PRESID.	-1011,962***	-713,943***	-272,502***	-281,416***
R ² ajust	0,856	0,846	0,877	0,679
ESTATÍSTICA - F	42,052	38,847	50,166	15,608

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. O teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

Resultados interessantes também foram os encontrados para as variáveis Dívida Ativa e Resultado Financeiro (ver tabela 6). Os resultados foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo, para aquela variável, uma provável anistia dada aos cidadãos que se encontravam devedores para com os municípios, reduzindo, conseqüentemente, o ativo não financeiro das prefeituras. Já para o resultado financeiro, os resultados sugerem que os prefeitos realizam superávits nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este *superávit* no ano eleitoral, provavelmente através da abertura de créditos adicionais, para realizarem maiores despesas. No que tange à inscrição em restos a pagar processados (ver tabela 6), podemos inferir que, apesar de o R² ajustado ser de apenas 39,2% e da significância estatística ser a 94%, os resultados ratificam o anteriormente encontrado, isto é, o ano eleitoral apresenta redução na inscrição em restos a pagar, evidenciando uma preocupação dos prefeitos candidatos à reeleição com o ônus das dívidas contraídas (ou ainda com as exigências da LRF), tornando-se mais conservadores neste item.

Nas despesas por função (ver tabelas 7 e 8), podemos inferir que os resultados encontrados ratificam aqueles obtidos na primeira análise utilizada. Entretanto pode-se inferir algumas novidades, como o fato de o PSDB ser o partido que gasta mais em educação e cultura que o PMDB. Pertencer ao mesmo partido do presidente significa uma redução nos

gastos em agricultura, educação, cultura, saúde e saneamento e habitação e urbanismo. Estes últimos (saúde e saneamento e habitação e urbanismo) são reduzidos significativamente nos anos eleitoral e pós-eleitoral. As despesas na rubrica transporte aumentam no ano pós-eleitoral. Este aumento pode na verdade ser apenas um ajuste da significativa redução observada nos anos eleitorais de acordo com a análise feita para *dummies* de ano calendário. Por fim, para a despesa na função legislativa, os resultados confirmaram a existência de manipulações “eleitoreiras” com evidências significantes de aumento deste item da despesa no ano eleitoral.

Tabela 6. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	RESULTADO FINANCEIRO	RESTOS A PAGAR	DÍVIDA ATIVA
CONSTANTE	-203,345**	124,938***	1287,807***
ANO PRÉ-ELEITORAL	-24,434	6,903	-7,408
ANO ELEITORAL	-69,674**	-20,412**	-73,825***
ANO PÓS-ELEITORAL	-8,817	-10,223	-42,104
DUMMY LRF	180,111***	-29,619***	146,661***
PREF_PDT	-117,313	20,298	17,913
PREF_PSDB	-128,889*	-70,859***	-24,036
PREF_PFL	-145,212**	-24,050	-94,020*
PREF_PP	-56,270	-45,017**	30,806
PREF_PSB	-81,041	10,556	146,840*
OUTROS PARTIDOS	-130,700*	9,742	-18,949
PARTIDOS DE ESQUERDA	-72,106	-40,595	-97,826
PARTIDO PREF. = GOVERN.	3,617	-1,630	-5,083
PARTIDO PREF. = PRESID.	67,398	3,227	60,961
REC. ORCAMENTARIA	,118***	,011	,035
RESULTADO FINANCEIRO		-,121***	-,167***
R ² ajust	0,617	0,392	0,842
ESTATÍSTICA - F	11,909	5,282	36,543

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. O teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

Para todas as variáveis estudadas nesta segunda análise (à exceção das despesas com agricultura e transporte), foram encontradas evidências estatisticamente significativas para a *dummy* LRF, indicando a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal no comportamento dos gestores públicos. As variáveis “Outras Transferências da União” e “Outras Transferências dos Estados” apresentaram R² ajustados muito baixos (variando em torno de 12% a 17%) e sem significância estatística nas duas metodologias propostas, não sendo consideradas para esta análise.

5. CONCLUSÕES

Tradicionalmente, os estudos sobre os chamados Ciclos Políticos – ou seja, sobre a existência de relação cíclica entre eleições e variáveis socioeconômicas – adotam abordagem macroeconômica. Outra abordagem do estudo dos ciclos políticos está relacionada com a análise do comportamento dos gastos públicos (à *la Rogoff*), porém com preocupação basicamente na análise fiscal. Em seu ilustrativo estudo, Bittencourt (2002) vai além destas abordagens e analisa o comportamento das despesas por função para os estados brasileiros. Meneguín e Bugarin (2001) introduziram a variável dívida consolidada líquida, deixando aberta a via para estudos que tratem mais diretamente de variáveis relacionadas à Contabilidade Governamental.

O objetivo do trabalho foi alcançado, uma vez que foi verificado empiricamente o fato de que, no período estudado, o “ano eleitoral” exerce influência sobre o comportamento da

gestão pública nos municípios fluminenses. Os resultados sugerem que, para os municípios fluminenses, o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre determinadas variáveis relativas ao orçamento público, mesmo descontando o efeito específico do que ocorreu em cada município (a população ou a localização geográfica, por exemplo).

Tabela 7. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	AGRICULTURA	EDUCAÇÃO E CULTURA	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	SAÚDE E SANEAMENTO
CONSTANTE	2,784	394,003***	29,849	418,948***
ANO PRÉ-ELEITORAL	2,607	-10,221	-,894	-25,715
ANO ELEITORAL	-3,980	-14,459	-6,439	-61,269***
ANO PÓS-ELEITORAL	1,671	10,952	7,253	-49,517**
DUMMY LRF	7,308	52,211***	31,748***	121,513***
PREF_PDT	-30,137**	-26,415	-61,909***	-60,746
PREF_PSDB	33,144***	109,174***	-3,169	137,581**
PREF_PFL	-7,394	-6,622	-5,449	-17,218
PREF_PP	-,453	-10,208	-10,756	-73,105
PREF_PSB	-28,854**	-3,524	-69,539***	-11,929
OUTROS PARTIDOS	-23,719**	40,814	-51,783***	51,763
PARTIDOS DE ESQUERDA	31,963***	-7,059	54,730***	24,226
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-6,319	-5,939	-18,362***	-30,547
PARTIDO PREF. =PRESID.	-32,083***	-153,197***	-7,901	-259,021***
R ² ajust	0,826	0,842	0,799	0,732
ESTATÍSTICA - F	33,812	37,78	28,424	19,818

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. O teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

Tabela 8. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	TRANSPORTE	HABITAÇÃO E URBANISMO	DESPESAS LEGISLATIVAS
CONSTANTE	12,014	196,465***	92,103***
ANO PRÉ-ELEITORAL	5,401	-12,317	2,573
ANO ELEITORAL	10,608	-32,433**	13,830***
ANO PÓS-ELEITORAL	20,710***	-35,457**	1,494
DUMMY LRF	-9,800	61,737***	-19,747***
PREF_PDT	-8,412	-113,512***	2,459
PREF_PSDB	8,864	123,433***	-7,548
PREF_PFL	-7,205	,356	-9,601
PREF_PP	11,822	9,217	-18,465**
PREF_PSB	7,651	-121,661***	-3,353
OUTROS PARTIDOS	-17,178	-86,099***	-1,552
PARTIDOS DE ESQUERDA	12,808	85,793**	-10,006
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-8,559	-,912	-,416
PARTIDO PREF. =PRESID.	21,128	-164,475***	,335
R ² ajust	0,691	0,652	0,747
ESTATÍSTICA - F	16,473	13,944	21,357

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. O teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

Foram encontradas evidências significativas de impulsos positivos na despesa com pessoal e encargos para os anos de 2004 e 2006 - assim como a despesa com “Assistência e Previdência Social” - indicando serem estas, as variáveis que mais aumentaram no período eleitoral. Os partidos “de esquerda” gastam menos em despesas correntes que os partidos “de direita”. Entretanto, gastam mais em investimento e nas despesas com agricultura, habitação e urbanismo e previdência e assistência. Os gastos em investimento apresentam significativa

redução no ano pós-eleitoral, indicando a existência de “ajustes fiscais pós-eleitorais” de curto prazo. Já o PDT e o PSB (e o agregado “Outros Partidos”) gastam mais em despesas correntes. Entretanto, gastam menos em investimento e nas rubricas agricultura, habitação e urbanismo, e previdência e assistência. Nas despesas com transporte podemos observar uma redução significativa nos anos de 2002, 2004 e 2006, indicando ser este, um item da despesa que mais sofre com o corte nos gastos em detrimento de outros de maior visibilidade eleitoral

Para a variável “Dívida Ativa”, os resultados sugerem uma provável anistia dada aos cidadãos que se encontravam devedores para com o Tesouro municipal, já para o resultado financeiro, os resultados sugerem que os prefeitos realizam *superávits* nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este excesso no ano eleitoral, provavelmente através da abertura de créditos adicionais, para realizarem maiores despesas. No que tange a inscrição em restos a pagar, os resultados sugerem uma preocupação dos prefeitos candidatos à reeleição com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), tornando-se fiscalmente mais conservadores. Os resultados também permitem inferir que os prefeitos fluminenses desempenham um papel importante nas eleições para os cargos de Presidente, Governador e para o Congresso Nacional (2002 e 2006), na medida em que realizaram maiores gastos em algumas rubricas do orçamento público municipal, mostrando o poder político das prefeituras fluminenses. Por fim, a coincidência partidária entre o prefeito e o presidente ou governador apresenta uma relação inversa (à exceção dos gastos com transporte, que apresenta relação direta), ou seja, pertencer ao mesmo partido do governador ou presidente significa redução dos gastos municipais que apresentaram evidências de manipulações “eleitoreiras”, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

A divulgação de informações mais claras, mais confiáveis e mais transparentes caracteriza uma legítima preocupação dos tomadores de decisão, pois os diversos agentes que interagem com o Governo estão cada vez mais interessados na correta aplicação dos seus tributos. A transparência das ações governamentais não esgota a busca da *accountability* durante os mandatos, porém é um requisito fundamental para a efetivação de seus instrumentos institucionais, pois sem informações confiáveis, relevantes e oportunas, não há possibilidade de os atores políticos e sociais ativarem os mecanismos de responsabilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESINA, Alberto. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*: Vol. 102, p. 651-678, 1987.

_____; SACHS. Jeffrey. 1988. Political Parties and Business Cycle in the United States, 1948-84. *Journal of Money, Credit, and Banking*, 20.

BITTENCOURT, Jeferson Luis. *Evidências de ciclos políticos na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia. UFRS. 2002.

BORSANI, Hugo. *Eleições e economia: Instituições Políticas e Resultados Macroeconômicos na América Latina (1979-1998)*. Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 136-163

COLLIS, J; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. Porto Alegre: Bookman, 2 ed. 2005.

COSSIO, Fernando Andrés Blanco. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. *Economia*, vol.2, n.1, p.207-258, 2000.

DOWNS, Anthony. Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, vol. 65, nº 2, abril, 1957a.

FERREIRA, Ivan Fecury Sydrião; BUGARIN, Maurício Soares. Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro. Ibmec SP. WP 16. 2006

GONÇALVES, Carlos Eduardo Soares; FENOLIO, Fernando Roberto. Ciclos Eleitorais e Política Monetária: Evidências Para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*. Vol. 37, nº3, dezembro, 2007.

HIBBS, Douglas A. Jr. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*: Vol. 71, p. 1467-1487. Dezembro 1977.

KALECKI, M. Political Aspects of Full Employment. *Political Quarterly*. Vol. 7, págs. 322-31. 1943

LINDBECK, Assar. Stabilization Policies in Open Economies with Endogenous Politicians. *American Economic Review - Papers and proceedings*. nº 56, p. 1-19, maio, 1976.

MARTINS, Rodrigo Caldeira. (2002), As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português. Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF), Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/gemf/estudos/pdf/2002/gemf02_05.pdf. Acesso em 25 set 2007.

MENEGUIN, Fernando B; BUGARIN, Maurício Soares. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Economia Aplicada*: vol 5, nº 3, 2001. 15 _____; _____. O que leva um Governante à Reeleição? *Série Textos para Discussão*. Texto nº 305. UnB. 2003.

NAKAGUMA, Marcos Yamada. *Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo. FEA-USP. 2006.

NORDHAUS, William. The political business cycle. *Review of Economic Studies*: nº 42, p. 169-190, 1975.

PERSSON, T; TABELLINI, G. *Macroeconomic policy, credibility, and politics*: Harwood Academic Publishers. 1990.

PETTERSON-LIBDOM, Per. A test of the rational electoral-cycle hypothesis. Disponível em www.courses.fas.harvard.edu/~gov3007/Electoralcycle.doc. Setembro 20, 2002.

PREUSSLER, Athos Prates da Silveira; PORTUGAL, Marcelo Savino. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. *Análise Econômica*, v. 21, n. 40, p. 179-205, 2003.

ROGOFF, Kenneth; SIBERT, Anne. Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*: Vol. 55:1, p. 1-16, 1988.

_____. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*. Vol. 80, págs 21-26, 1990.

SAKURAI, Sergio Naruhiko. *Political business cycles: procurando evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001)*. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo. 2004.

TUFTE, Edward. *Political Control of the Economy*. Princeton. N J: Princeton University Press. 1978.